



ACÓRDÃO Nº 98/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10715/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sra. Floriano Maia Viga - Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 144/2017-MPC-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas (fls.702/705).
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU. Exercício de 2014.

Regularidade com ressalvas. Multa. Quitação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Floriano Maia Viga**, Diretor-Presidente da Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 1º, II, e art. 22, II, da Lei 2423/1996; art. 18, II, da LC 6/1991; c/c artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE, a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2014, da Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU (U.G: 2129);
- 9.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Floriano Maia Viga no **valor de R\$ 2.000,00 (dois mil)**, na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, aplique ao Senhor **Floriano Maia Viga**, Diretor-Presidente da Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do parágrafo único, do artigo 53, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, valor atualizado pela Resolução nº. 25/2012, pelas



ACÓRDÃO Nº 98/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

impropriedades constantes nos itens 01 e 02 do relatório voto. E devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas;

9.3. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias (artigo 174 do RITCE) para que o Sr. **Florianio Maia Viga**, Diretor-Presidente da Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU e Ordenador de Despesas, à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (art. 55, da Lei 2423/1996), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;

9.4. Dar quitação ao Florianio Maia Viga, Diretor-Presidente da Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos arts. 23 e 72, I, da Lei 2423/1996; art. 189, I, da Res. 4/2002 – RITCE;

9.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.4.1- encaminhe à atual Administração da Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU (U.G: 2129), cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

9.4.2- notifique o Senhor **Florianio Maia Viga**, Diretor-Presidente da Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Presidente Figueiredo - EMTU e Ordenador de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;

9.4.3- após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 4/2002 – RITCE/AM adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE/AM.

10- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 13 de Fevereiro de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 98/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral